A Língua Portuguesa no mundo: desafios e oportunidades em contextos pós-coloniais

The Portuguese Language in the world: challenges and opportunities in post-colonial contexts

La lengua portuguesa en el mundo:retos y oportunidades en contextos poscoloniales

La langue portugaise dans le monde: défis et opportunités dans les contextes postcoloniaux

Bruno Coimbra

https://orcid.org/0000-0002-8618-778X

Doutor. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, Portugal

brunocoimbra@aecaparica.pt

DATA DA RECEPÇÃO: Fevereiro, 2021 | DATA DA ACEITAÇÃO: Maio, 2021

> *A língua portuguesa é pluricontinental e policêntrica. Sendo a mesma língua é falada e escrita de formas diferentes, correspondendo a histórias, patrimónios, vizinhanças linguísticas, estruturas gramaticais, pragmáticas, referências culturais e usos sociais diferentes. (...) é uma realidade dinâmica e multiforme. Todas as variantes dispõem de igual valor. Não há um 'centro' para a língua portuguesa, ela não possui só uma norma-padrão nem ninguém pode, sobre ela, invocar direitos especiais de propriedade.*
>
> (Reto, Machado & Esperança, 2016, p. 16)

Resumo

Foi nosso intuito refletir sobre as políticas de promoção e difusão da língua Portuguesa e sobre os processos de cooperação com especial enfoque na educação, materializada na implementação de estratégias de ensino da língua e da cultura portuguesa sob a alçada do Ministério da Educação

É nesta perspetiva que a presente proposta se norteia, ou seja, enquadrar as políticas como meio de promoção e difusão da língua portuguesa porque é tendo presente o valor

económico e de influência que uma língua comum possui que se deve pensar estrategicamente a língua portuguesa, não apenas no campo dos discursos mas, fundamentalmente, no campo das ações concretas que o tempo e a evolução histórica determinaram.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa; Promoção e difusão; CPLP

Abstract

It was our aim to reflect on the policies of promotion and dissemination of the Portuguese language and on the processes of cooperation with special focus on education, materialized on implementation of strategies for teaching the Portuguese language and culture under the responsibility of the Ministry of Education.

It is thus this perspective with the purpose to frame the policies as a means of promotion and dissemination of the Portuguese language, because only by having in mind the economic value and influence that a common language has, that one should think strategically, not only in the field of discourses but, fundamentally, in the field of concrete actions that time and historical evolution have determined.

Keywords: Portuguese Language teaching; Promotion and diffusion; CPLP

Resumen

Nuestra intención fue reflexionar sobre las políticas de promoción y difusión de la lengua portuguesa y sobre los procesos de cooperación con un enfoque especial en la educación, materializados en la implementación de estrategias para la enseñanza de la lengua y la cultura portuguesa bajo la jurisdicción del Ministerio de Educación

Es en esta perspectiva que se orienta la presente propuesta, es decir, enmarcar las políticas como medio de promoción y difusión de la lengua portuguesa porque es teniendo en cuenta el valor económico y la influencia que tiene una lengua común que debemos pensar estratégicamente sobre la lengua portuguesa, no sólo en el ámbito de los discursos sino, fundamentalmente, en el ámbito de las acciones concretas determinadas por el tiempo y la evolución histórica.

Palabras clave: Enseñanza de la lengua portuguesa; Promoción y difusión; CPLP

Résumé

Notre intention était de réfléchir sur les politiques de promotion et de diffusion de la langue portugaise et sur les processus de coopération avec un accent particulier sur l'éducation, matérialisés par la mise en œuvre de stratégies pour l'enseignement de la langue et de la culture portugaises sous la juridiction du ministère de l'Éducation.
C'est dans cette perspective que s'inscrit la présente proposition, à savoir, encadrer les politiques comme un moyen de promotion et de diffusion de la langue portugaise, car c'est en tenant compte de la valeur économique et de l'influence qu'a une langue commune que nous devons penser stratégiquement à la langue portugaise, non seulement dans le domaine des discours mais, fondamentalement, dans le domaine des actions concrètes déterminées par le temps et l'évolution historique.

Mots-clés: Enseignement de la langue portugaise ; Promotion et diffusion ; CPLP

QUESTÃO CENTRAL. A questão central do presente trabalho é fazer o diagnóstico dos principais vetores da política de língua e da política linguística Portuguesa no que concerne o ensino da língua portuguesa, através da análise da literatura sobre a formulação das políticas públicas e política de língua assim como um diálogo teórico no que à promoção, difusão e consolidação da língua portuguesa dizem respeito.
Tomaremos como ponto de partida a proposta de Mateus (2012) no que concerne o uso e difusão da língua através do seguinte modelo de análise: 1) A língua como *forma de construção da pessoa e de comunicação quotidiana* do indivíduo, como língua materna. 2) A língua como *veículo de escolarização* de comunidades que a utilizam como língua segunda. 3) A língua como *referência sociopolítica e cultural* nos espaços em que é língua estrangeira, recorrendo a um quadro teórico sobre os processos nem sempre fáceis de fazer política e planificação linguística (Johnson, 2013; Ricento, 2000; Spolsky, 2017; Calvet, 2007; Cooper, 1989)

PONTO DE PARTIDA. Pretendemos dar um contributo para a sistematização das políticas e das práticas linguísticas e assim aferir do *continuum* linguístico e da relação, nem sempre consensual entre as línguas oficiais, línguas nacionais e as línguas maternas. Partindo de um quadro teórico sobre as línguas maternas e não maternas, oficiais ou nacionais em contextos pós-coloniais, pretendemos articular os processos de formação

das políticas de língua em função dos desígnios determinados sobre o uso e funcionamento da língua (imposição; necessidade; afirmação; resiliência) aliada aos pressupostos de uma promoção e difusão da língua ao nível interno (Ammon, 1997). O debate sobre a importância do uso das línguas maternas nas ex-colónias, depois de um período conturbado, tem vindo a ganhar terreno na discussão académica e por isso acreditamos que, a título de exemplo, o facto de países lusófonos que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) quererem integrar outros blocos de países tais como a Commonwealth e a Francofonia na tentativa de promover a sua cultura e os seus ideais.

ONDE ESTAMOS E PARA ONDE QUEREMOS IR. A importância que o governo português atribui ao caráter ideológico, comunicacional e global da língua portuguesa é de extrema importância e estas assunções estão veiculadas em praticamente todos os programas de governo. A língua portuguesa cujos falantes[1] constituem cerca de 260 milhões dos cerca de seis biliões de habitantes do planeta, viu o seu estatuto de língua de comunicação global reconhecido num relatório aprovado pelo Parlamento Europeu *(...) a língua portuguesa é, em número de falantes, a terceira língua europeia de comunicação universal quer seja por via de língua materna ou língua oficial*[2].

Teixeira (2016) questiona-se sobre o valor da dimensão global de uma língua[3]:

O que dá a dimensão global a uma língua?
A Geografia onde se fala?
Nesse caso, a língua portuguesa não está nada mal... A História e a vontade de vários povos (e não apenas de Portugal) foram generosas para com ela.
O número de falantes?
Felizmente que para seu bem, o português conseguiu enraizar-se em latitudes e longitudes bem produtivas e desde o imenso Brasil até África é visto como uma das línguas que apresenta o mais promissor crescimento no século XXI.

[1] A língua portuguesa é a língua oficial dos países que compõem a CPLP, a saber: Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.
[2] Resolução do Parlamento Europeu sobre o relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativo à RAEM, apresentado pelo ex-deputado Mário Soares, aprovado na sessão de Terça-feira, 8 de abril de 2003.
[3] Teixeira, José (2016). Português, língua de ciência? In Teixeira, José. 2016. O português como língua num mundo global – Problemas e potencialidades. Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho. Braga, pp. 175-190

A língua portuguesa e a sua didatização no mundo é de extrema relevância e os dados comprovam que existem cerca de 260 milhões de habitantes[4] espalhados pelos cinco continentes.

Uma tendência que tende a aumentar até pelo número de interessados em cursar programas de língua portuguesa quer pela importância que a língua portuguesa tem vindo a adquirir como ativo político e económico bem como língua de exportação[5] (…) numa língua a que todos chamam sua quer por via da língua materna ou língua oficial (Pinto, 2005).

O português é língua materna (na Europa e na América do Sul e em alguns nações em África), língua segunda (em Cabo Verde, Timor-Leste e Guiné-Equatorial), língua nacional (em Angola e Moçambique) e língua de herança (nas muitas e diversas diásporas) de cerca de 260 milhões de falantes e também nos territórios de Goa, Damão, Diu e Macau – se bem que com menos expressão de penetração linguística - o que contudo, lhe confere a quarta posição entre as línguas maternas mais faladas no Mundo.

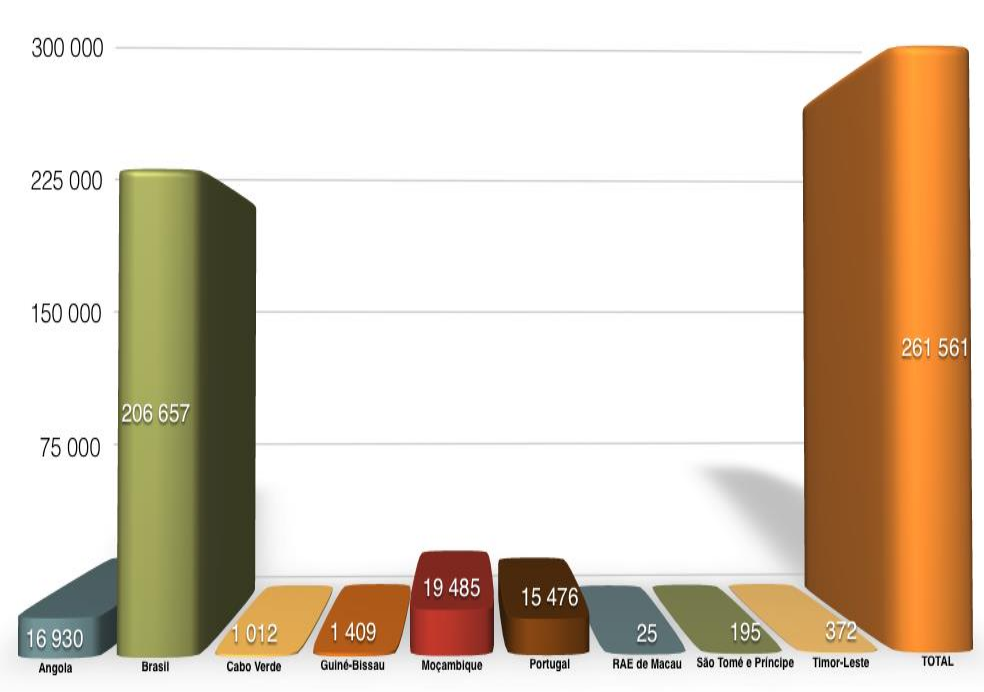


Figura 1. Observatório da língua portuguesa

No sentido de ilustrar a grandeza da presença da língua portuguesa recorremos a Fernando Pessoa quando se refere à nação portuguesa como sendo um povo essencialmente cosmopolita porque *um verdadeiro português nunca foi português: foi sempre tudo*.

[4] Reto, L. (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa.* Lisboa: Texto Editores.

[5] A este propósito destacamos no panorama português duas teses de doutoramento defendidas na Universidade Aberta, mas em especialidades diferentes: Política de Língua: - Línguas e culturas nas comunicações de exportação: para uma política de línguas estrangeiras ao serviço da internacionalização da economia portuguesa, de Ricardo Salomão e Ciência Política: A "internacionalização" do português e as novas relações de poder entre os países de língua portuguesa de Mônica Grayley.

Alude-se aqui ao verdadeiro sentido da volta ao mundo encetada pelos descobridores portugueses à semelhança da expedição que ficou imortalizada como a *circum-navegação* de Fernão de Magalhães. Um povo que une povos e culturas, mas que mais que unir, intercepta, conjuga, mistura. E não liga apenas povos e culturas, mas também diferentes línguas, criando sentidos novos e *nuances*, e outras formas de ser *português*, outras formas de ser *outro* (Pfeiffer, 2014).

Acresce ainda o facto de esta globalização e crescimento da língua portuguesa estar vertida e concretizada com estatutos de oficialidade ou estatuto especial em organizações internacionais: União Europeia (UE), Mercosul, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e na (Associação de Nações do Sudeste Asiático) ASEAN. No campo das organizações diplomáticas, o português está presente em entidades como a comunidade dos países de língua oficial portuguesa (CPLP), a União Africana, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), a União Postal Internacional e mais recentemente foi consagrada como língua oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo mesmo sido declarado e instituído o dia 4 de maio como o dia da língua portuguesa pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)[6] Acrescenta-se ainda o seu estatuto de língua estrangeira que, nos últimos anos tem crescido exponencialmente no continente asiático por via do Instituto Português do Oriente (IPOR) e também noutras nações por via da concretização de uma política linguística levada a cabo pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal através do Instituto Camões e da rede de escolas de ensino de português no estrangeiro do Ministério da Educação.

A esta propósito Teresa Ribeiro (2018) numa conferência em Díli referiu que *A língua portuguesa não é a língua dos portugueses, é a língua de todos quantos a falam, que a querem falar, que a escolheram como sua língua e através dessa língua fazem a sua*

[6] A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*UNESCO*) deliberou que o dia 5 de maio seria considerado, dia Mundial da Língua Portuguesa. A decisão foi ratificada na conferência geral da organização no dia 25 de novembro de 2019. A escolha do dia 5 de maio esteve alinhada com a resolução do conselho de ministros da CPLP que estipulou esse dia para estabelecer como o dia da língua e cultura portuguesa em 2009.
A Proclamação do Dia Mundial da Língua Portuguesa visa "destacar o importante papel que a língua portuguesa desempenha na preservação e disseminação da civilização e cultura humanas" e reconhece que a língua é hoje falada por mais de 265 milhões de pessoas. Os dias internacionais são designados pela Assembleia Geral das Nações Unidas ou por suas agências especializadas.

representação do mundo e desenvolvem todo o seu quadro conceptual, ajudando a fortalecer o "instrumento fundamental" que é a educação para o desenvolvimento dos países[7].

Ora estamos perante a afirmação política da importância de valorização da língua portuguesa e da sua disseminação por todos quantos a queiram aprender e igualmente na presença da língua portuguesa como objeto de internacionalização e que deve ser difundida e divulgada mas respeitando as diferenças linguísticas e culturais das nações porque segundo Martins (2006) a custódia da língua portuguesa pertence a cada um dos oito Estados, regiões e comunidades que a falam.

Importa igualmente referir de forma mensurável[8] e com suporte em dados estatísticos qual a importância da língua portuguesa no mundo porque só a partir desses dados é que possível elaborar uma verdadeira política de língua que permita a real concretização dos conceitos por vezes difusos na literatura sobre a difusão, consolidação e a promoção da língua portuguesa ou mesmo a sua internacionalização[9]. Apesar de ser possível essa contabilização através de ferramentas informáticas e dos censos realizados pelas nações, a língua é um ser intangível cuja medição permanece difícil e imprecisa (Reto, 2012). Quando se analisa uma língua em termos quantitativos temos de ter em mente que os critérios para a sua contabilização nem sempre são fiáveis e variam de país para país consoante os seus interesses no estabelecimento de uma hierarquia meramente contábil. Contudo, parece ser consensual no seio da academia que o valor e a importância de uma língua possa ser quantificada a partir de critérios de análise (nunca esquecendo as funções e contextos de uso das diferentes línguas). Dos onze critérios definidos no Barómetro *Calvet*[10], selecionamos aqueles que são relevantes para o trabalho em curso, i.e., número de falantes que a usam como língua materna; número de países e continentes onde a língua

[7] Teresa Ribeiro, Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros portuguesa (Díli - 9 outubro de 2018). https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/portugues-reforca-empregabilidade-dos-jovens-_5bbc646e91c5f55dac1d41a6. Consultado a 10 de abril de 2020.

Alude-se aqui ao papel da língua portuguesa como língua internacional. A língua portuguesa claramente é aqui mencionada com caráter expansionista e estão implícitos os conceitos plasmados nos objetivos desta investigação de promoção, difusão e consolidação da língua portuguesa.

[8] Apesar de na análise comparativa em educação existir a necessidade de haver outro tipo de critérios. Ver: Afonso, A. J. (2009). Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. Revista Lusófona de Educação.

[9] Castro, I. (2010). As Políticas Linguísticas do Português. Textos Selecionados (pp. 65-71). XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Porto: APL.

[10] Número de alto-falantes; Entropia; Veículo; Línguas oficiais; Tradução do idioma de origem; Tradução do idioma alvo; Prémios literários internacionais; Artigos da Wikipedia; Índice de desenvolvimento humano; Taxa de fertilidade; Taxa de penetração da Internet.

é oficial; línguas mais utilizadas na internet e o número de publicações científicas indexadas.

Relativamente ao número de falantes e de acordo com a sua posição relativamente às 10 primeiras línguas e recorrendo às bases de dados existentes, selecionamos aquelas que nos parecem ser as mais fidedignas e igualmente achamos que seria interessante ter perspetivas do ponto de vista metodológico diferentes: uma americana, uma francesa e a portuguesa. Contudo como refere Weber (1999) *O número de falantes é relevante, mas insuficiente para uma ordenação significativa das línguas tendo em conta a sua atual influência mundial, sendo a palavra «mundial» o elemento central. Existem vários outros fatores a ter em consideração*. (Weber, 1999, p.22)

POSIÇÃO	**WORLD ATLAS**		**BAROMETRE CALVET (número total de falantes L1 e L2)**		**OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**	
	Língua	**Nº de falantes**	**Língua**	**Nº de falantes**	**Língua**	**Nº de falantes**
1	Mandarim	848	Inglês	1268	Mandarim	848
3	Espanhol	329	Mandarim	1120	Espanhol	414
3	Inglês	328	Hindi	637	Inglês	335
4	Português	250	Espanhol	538	Português	261
5	Árabe	221	Francês	277	Hindi	260
6	Hindi	182	Árabe	274	Bengali	193
7	Bengali	181	Bengali	265	Russo	167
8	Russo	144	Russo	258	Japonês	122
9	Japonês	122	Português	252	Javanês	84
10	Javanês	84.3	Javanês	199	Alemão	78

Tabela 1 – número de falantes

Independentemente da metodologia adotada por cada uma das bases de dados, verificamos que o português ocupa um lugar de destaque. Porventura, há uma

discrepância na análise dos dados. O leitor poder-se-á questionar o posicionamento da língua portuguesa na base de dados *Calvet*. Esta discrepância deve-se ao facto de esta considerar o número de falantes como língua materna e língua segunda.

Língua	**Número de países em que é língua oficial**	**Número de continentes em que é língua oficial**	**Número em milhões de falantes (língua materna)**
Inglês	59	5	328
Francês	29	4	67,8
Árabe	26	2	221
Espanhol	21	3	329
Português	9	4	178
Alemão	5	1	90,3
Suaíli	4	1	0,5
italiano	3	1	61,7
Bengali	2	1	181
Russo	2	2	144
Hindi	1	1	182
Japonês	1	1	122

Tabela 2 – número de falantes por continentes

Na lista no ranking das primeiras cinco línguas mais faladas segundo Calvet, o inglês aparece em primeiro lugar[11]. Esta estratificação pode parecer excessiva quando comparada a outras mas, estamos aqui, claramente perante a evidência de uma influência colonial europeia no mapa linguístico do mundo, mais concretamente no caso da língua inglesa, da francesa, da espanhola e da portuguesa. A partir destes dados, podemos já aferir das políticas de línguas levadas a cabo pelo Reino Unido e também pela França

[11] Philipson (2003) na teoria que desenvolveu a propósito do imperialismo linguístico afirma que o aumento de número de falantes não pode ser visto como um fenómeno natural, mas sim como o resultado de uma estratégia concertada entre os governos americanos e britânicos

que, no seguimento do processo de descolonização conseguiram reforçar o poder da sua língua nas ex-colónias que as adotaram como oficiais a par das maternas como veremos adiante. Claro que subjaz a todo este processo a constituição de instituições diplomáticas e blocos de comércio cujo objetivo, além da preservação da língua nas ex-colónias, teriam igualmente o propósito de estabelecer parcerias económicas a fim de fortalecer as várias nações e de estreita os blocos de comércio. Referimo-nos aqui à constituição da Commonwealth[12] no caso do inglês, da Organização Internacional da Francofonia no caso do francês, da Hispanofonia no caso do espanhol e da CPLP no caso do português[13]. Há a realçar um aspeto interessante e que terá implicações futuras na definição da política de língua. Moçambique pertence à CPLP por via da língua portuguesa, mas também faz parte da Commonwealth. Agora aparece também a intenção de Angola se querer juntar à mesma instituição e também à Francofonia, o que naturalmente causará alterações no modo e forma de organização da CPLP[14]. Noutro parâmetro e porque o uso da internet massivo é potenciador de oportunidades únicas de comunicação e das relações económicas e da difusão da língua, verificamos que o português ocupa um lugar de destaque na hierarquização aqui proposta. Tal como é a quarta língua mais falada, é igualmente a quarta mais usada na internet, o que mostra uma taxa de penetração na ordem dos 5%. Tal facto, não poderá ser indissociável da produção académica que é produzida em língua portuguesa e disseminada através destes canais. A título de exemplo, constatamos que, no período compreendido entre 2010 e 2015, o número de publicações científicas indexadas na *scopus* no seio dos países de língua oficial portuguesa, Macau e Brasil tiveram um crescimento exponencial muito elevado. Em 2010 estavam indexadas 18.513 publicações e em 2015 cerca de 82.461. Significa aqui também, um valor

[12] é uma associação voluntária de 53 estados soberanos. A maioria são ex-colónias britânicas, com exceção de Moçambique (antiga colónia portuguesa) e Ruanda, que aderiu em 29 de novembro de 2009. Atualmente, os estados soberanos que são membros da Comunidade das Nações são divididos por continentes: 3 na Europa, 13 na América, 18 na África, 8 na Ásia e 11 na Oceânia (incluindo um membro suspenso, Fiji).

[13] De realçar que a CPLP e a OIF e a Hispanofonia colaboram no âmbito dos encontros dos "Três Espaços Linguísticos", uma cooperação que estas instituições. Os responsáveis destas três organizações encontram-se de dois em dois anos no âmbito de uma cimeira relativamente a áreas de ação e reflexão que podem ser comuns, nomeadamente a promoção da diversidade cultural e linguística.

[14] Durante a visita oficial que realizou a Paris no final de maio de 2018, o presidente de Angola João Lourenço manifestou, no Palácio do Eliseu, o interesse de Angola em ser membro da Organização Internacional da Francofonia e recebeu o apoio do seu homólogo francês, Emmanuel Macron. A este propósito referiu que *a exemplo do que se passa com Moçambique, que está ali encravado entre países anglófonos (...) e acabou por aderir à Commonwealth, também Angola está cercada, não por países lusófonos, mas por países francófonos e anglófonos. Portanto, não se admirem que estejamos a pedir agora a adesão à francofonia e que daqui a uns dias estejamos a pedir também a adesão à Commonwealth*.
Quando Theresa May ainda era primeira ministra, a sua enviada especial a Luanda Lindsay Northover referiu num artigo de opinião num jornal angolano que iria discutir essa proposta de adesão quando em setembro de 2018 fizesse uma nova visita ao país. Referiu ainda que em três anos seria a oitava visita institucional que faria ao país e ainda que a Agência do Reino Unido para o Financiamento de Exportações (UKEF) tinha uma disponibilidade de até 750 milhões de libras esterlinas (850 milhões de euros) para apoiar projetos em Angola. A intenção de Angola de aderir à Commonwealth foi recebida com manifesto agrado em Londres. No Twitter, Boris Johnson, atual primeiro do Reino Unido (na altura ministro dos Negócios estrangeiros) referiu

acrescido a uma projeção internacional da língua através da produção de conhecimento científico que irá estar vertido nas comunicações apresentadas em seminários ou congressos, o que potencia a língua portuguesa e o seu estabelecimento como língua de ciência (Conceição, 2000)[15], uma língua como sendo um denominador comum de vários espaços: africanos, asiáticos, brasileiros, europeus, evoluindo e alargando por caminhos próprios, como se fosse uma pátria coincidente. Acresce ainda o facto, de esta ser falada em muitos países que a adotaram como língua oficial e de trabalho quer pelas ligações diplomáticas e organizações às quais pertencem assim como dos departamentos de estudos portugueses, centros culturais e cátedras existentes em várias universidades espalhadas pelo mundo a par de uma rede de ensino de português no estrangeiro através do processo de constituição de uma rede de Escolas ou Centros Associados (Instituto Camões) e do recrutamento de leitores e de professores conforme consta da rede de escolas e leitorados do Instituto Camões bem como do ensino de português e na estratégia de promoção da língua no seio dos países da CPLP através de escolas no estrangeiro[16] (Ministério da Educação) e a sua importância é inegável porque *a língua tem um enorme valor estratégico, quer pela sua história, quer pela sua origem contribuindo decisivamente para a aproximação entre pessoas e representado uma realidade multicultural que é bastante importante e enriquecedora*[17]

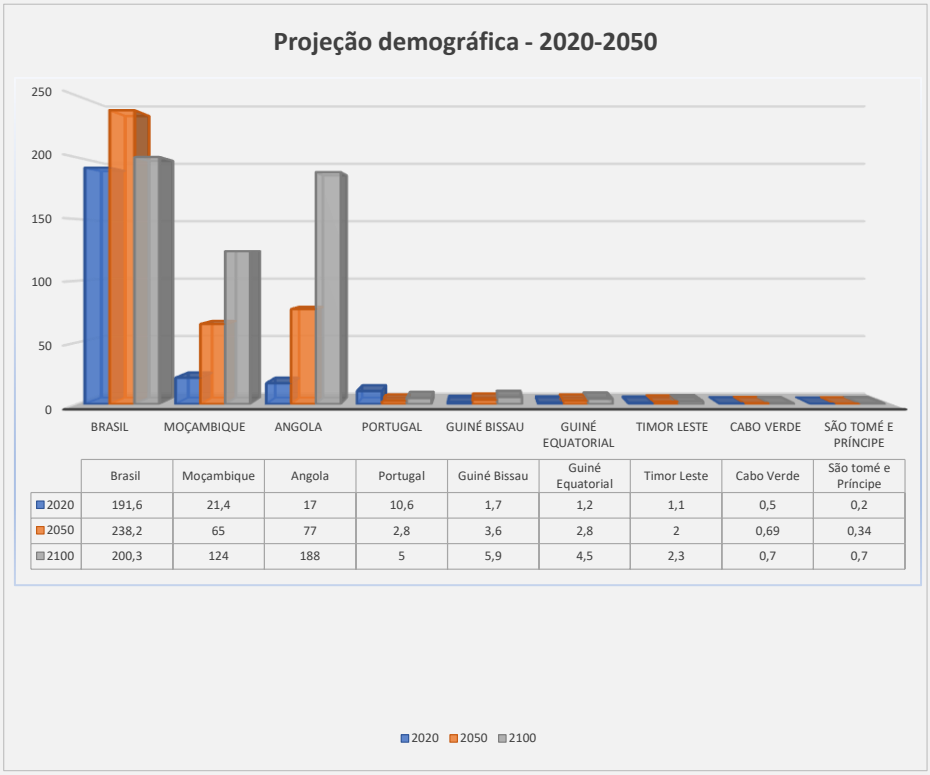
Contudo, como refere Filipe (2006), a posição da língua portuguesa não pode repousar apenas no aumento do número de falantes nativos, ou nas vicissitudes da demografia e da economia dos países lusófonos, mas tem de contar com um número crescente de falantes não-nativos, cujo estatuto económico e político venha reforçar a sua posição a nível global. Face a este crescimento exponencial urge delinear estratégias do ponto de vista diplomático e institucional para consolidar a língua portuguesa nos locais onde esta é falada como língua oficial ou segunda e de forma mais global, difundir o seu estudo através de protocolos a celebrar nos vários países a par dos já existentes. Sublinhamos a título de exemplo os protocolos que o governo português, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Instituto Camões fez aquando da entrada da Guiné-Equatorial

[16] Angola, Moçambique, São Tomé, Guiné-Bissau, Cabo verde, Brasil e Timor-Leste
[17] Redondo, João. (2008). A importância de alianças assentes nas similitudes linguísticas: o caso da CPLP.

como membro efetivo da CPLP[18] bem como da intenção de tornar o português curricular nos países da América do Sul[19].

Sublinhamos ainda as projeções para o crescimento da língua portuguesa e a sua projeção no espaço internacional assim como no seio da comunidade dos países de língua portuguesa. Estamos aqui na presença de dados estatísticos, que terão de ser levados em conta numa verdadeira vontade política de política de língua, de acordo com a hierarquização sobre a importância da língua, através dos conceitos de **língua de prestígio, língua de expansão, língua de subjugação cultural, língua de unidade nacional, língua de afirmação língua de tradição** propostas por Mateus (2008)

Gráfico 1 –



	Brasil	Moçambique	Angola	Portugal	Guiné Bissau	Guiné Equatorial	Timor Leste	Cabo Verde	São tomé e Príncipe
2020	191,6	21,4	17	10,6	1,7	1,2	1,1	0,5	0,2
2050	238,2	65	77	2,8	3,6	2,8	2	0,69	0,34
2100	200,3	124	188	5	5,9	4,5	2,3	0,7	0,7

Projecção demográfica dos países da CPLP (2020-2050)

Importa referir que apesar dos números serem expressivos, nem todos os habitantes do espaço abrangido pela CPLP *dominam e falam português e têm a visão de que se passou, de facto, duma relação com base em regras coloniais para relações de igualdade de capacidades* (Pinto, 2005). De realçar também que além da mensurabilidade da

[18] A CPLP era inicialmente composta por 7 países; Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em maio de 2002, com a conquista de sua independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade. Em 2014, a Guiné Equatorial tornou-se o nono membro de pleno direito. O Instituto da Cooperação e da Língua e a Universidade Nacional da Guiné Equatorial (UNGE) assinaram a 18 de dezembro, em Malabo, um Protocolo que marcava o início da cooperação em matéria de promoção da Língua Portuguesa por parte de entidades portugueses naquele país da CPLP. O Protocolo consignava a criação de um Leitorado de Português e de um Centro de Língua Portuguesa / Camões, I.P., na UNGE, com o objetivo de desenvolver um *major* e um *minor* em Estudos Portugueses, bem como de projetos no domínio da formação de Docentes de Português como Língua Estrangeira.

[19] Discurso na apresentação da rede de cursos do Instituto Camões.

quantificação, a dinamização das políticas de difusão da língua portuguesa estão estruturadas em 7 blocos geopolíticos e geoestratégicos: o primeiro constituído pelos países da CPLP; o segundo pelo espaço ibero-americano; o terceiro pela África Subsaariana; os quarto, quinto e sexto blocos são determinados por interesses específicos de Portugal, gerados por relações históricas, presença de diásporas portuguesas, alianças políticas e proveitos económicos, correspondendo, respetivamente, ao Magrebe, aos Estados Unidos/Canadá e à Ásia; por último, o sétimo bloco geopolítico é o da União Europeia enquanto espaço em que Portugal se integra, acrescendo os restantes países europeus, candidatos ou não a membros da comunidade europeia (Laborinho. 2010). Contudo, acrescentamos que um olhar mais atento deverá ser dado ao continente africano porque apesar de hoje a língua portuguesa ser maioritariamente falada pelo Brasil (cerca de 8 em cada 10 falantes são brasileiros), em 2050 de acordo com as projeções do crescimento demográfico de Angola e Moçambique e um declínio na população brasileira, a língua portuguesa será mais falada no continente africano que pelas suas caraterísticas é um território multilingue. E aí sim, além da herança histórica que nos liga às colónias, será uma janela de oportunidade para promover a língua, estabelecer acordos comerciais e relançar o turismo.

When I look at the figures and the maps, what I see is, the world is home to 250 million speakers of Portuguese as a mother tongue or second language today. Looking ahead, in the course of this century, what's going to happen? Speakers will total 500 million, and the majority will be African[20]

Face ao exposto, o questionamento possível é se efetivamente já se passou das intenções às concretizações através dos mecanismos existentes e que pululam nos articulados legislativos publicados no diário oficial da república. O nosso entendimento é o de que apesar de terem existido no passado algumas formas de concretização através de protocolos de colaboração ao nível dos mais variados setores da cooperação, é no seio da maior instituição da língua portuguesa existente, i.e., CPLP que o processo tem de ser encarado com maior interesse. A partir de normativos que estipulam formas de agir, a CPLP corporiza nos seus estatutos a divulgação da língua portuguesa, mecanismos de apoio de caráter cultural e mobilidade da comunidade e do saber científico no seio dos

[20] Entrevista concedida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, professor doutor augusto Santos Silva. Consultado em https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/internacional/noticia/2019-10/africa-have-majority-portuguese-speakers-centurys-end

países aderentes. O que acontece é que esses objetivos estão longe de serem alcançados. A título de exemplo, na Cimeira da CPLP realizada em Cabo Verde em 1998 foi referido que as histórias e culturas dos países de língua portuguesa são em grande parte desconhecidas pelos povos. Esta foi uma determinação quando os países do bloco prometeram mutuamente investir em literatura e história e cultura nos *curricula* escolares para que os seus alunos se conhecessem melhor (Grayley, 2014).

A promoção, a divulgação, a difusão e acrescentamos a defesa são conceitos que encontramos na literatura sobre a importância da língua portuguesa. Poder-se-á questionar a razão pela qual não existe um tronco comum nas definições de abordagem à língua porque esta função está incumbida a várias instituições que muitas vezes não dialogam entre si e por terem igualmente objetivos diferentes[21]. A grande questão prende-se com o espaço temporal em que estas ocorreram. Não nos podemos esquecer que Portugal, após um longo período de hegemonia colonial, através da imposição da sua língua[22] estes conceitos não se aplicavam. Apesar de já haver uma preocupação com os imigrantes e na possibilidade do seu retorno à pátria resultando na criação de escolas oficias portuguesas por exemplo nos Estados Unidos da América[23], não havia a preocupação de tornar a língua mais acessível a todos porque o grande objetivo era a aproximação às colónias com o objetivo de minimizar os efeitos colonialistas e estabelecer relações comerciais. Aliás, a concretização e o desígnio que mais tarde viria ser a ser o motor de Portugal na promoção da língua, chegaria através da criação de cátedras e de leitorados no estrangeiro e de protocolos de cooperação para a progressiva inserção (ainda que lenta) da disciplina de língua portuguesa nos currículos dos países onde havia uma expressiva comunidade de portugueses numa primeira fase[24]. Este movimento expansionista da língua começou muito antes pelos emigrantes que a levaram a todos os cantos do mundo através dos movimentos migratórios porque e parafraseando o linguista Barbosa (1968), quando um povo emigra, leva consigo a sua cultura – as suas

[21] O Ministério da Educação e Ciência no nosso entendimento tem a função primordial de consolidar, promover e defender a língua ao passo que o Instituto Camões tem a função de divulgar e promover políticas de internacionalização da língua.

[22] A língua portuguesa tentava afirmar-se como idioma nacional único porque esta conduziria a uma coesão política de cada um dos territórios e dos vários territórios entre si e funcionaria como instrumento de integração cultural entre os territórios.

[23] Esta questão será abordada no corpo do trabalho onde se abordarão os programas de governo e a legislação produzida.

[24] Jorge Sampaio (2004), referiu a este propósito que (…) *É preciso realizar um grande esforço para que a língua portuguesa seja efetivamente considerada por alunos de diferentes nacionalidades como opção integrada no currículo de um número cada vez maior de países, o que, infelizmente, está longe de acontecer. É necessário que os vários departamentos governamentais que têm a seu cargo as ligações de Portugal ao mundo trabalhem para que o português apareça como uma língua de prestígio, de várias culturas, de ciência, de negócios. O Ministério dos Negócios Estrangeiros, designadamente através do Instituto Camões e o Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Educação têm aqui um papel decisivo que se deve potenciar mutuamente. Temos, hoje, múltiplas frentes de trabalho que exigem uma política da língua portuguesa e a concertação em torno dos projetos desenvolvidos e dos recursos existentes*.

tradições, os seus hábitos, a sua língua[25] (veja-se por exemplo os locais existentes no mundo conhecidos por *little portugal*.

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À POLÍTICA DE LÍNGUA E AO PLANEAMENTO LINGUÍSTICO: A inexistência de uma verdadeira política de língua é uma constatação que tantas vezes ouvimos de investigadores e especialistas e mesmo de professores que estão no terreno. No entanto, muitas medidas avulsas têm sido tomadas que permitiram um maior domínio do Português como língua materna e uma mais extensa difusão como língua segunda ou estrangeira. A este propósito, num documento intitulado *Língua Portuguesa, Perspetivas para o Século XXI*, pelo organismo governamental que tutela a promoção da língua e cultura portuguesas refere *que A importante posição que a Língua Portuguesa ocupa atualmente no panorama linguístico mundial não resulta, todavia, da concretização de um programa estratégico visando alcançar esse objetivo, uma vez que Portugal não associou ao seu processo de expansão, uma política de difusão da língua, opção contrária à adotada por outras potências europeias*.[26] Segundo Filipe (2009) da leitura do documento verifica-se que não existem linhas de ação ou de vontade política que prenuncie um plano estratégico nacional para a promoção da língua e da cultura portuguesa no estrangeiro, demonstrando uma incapacidade de entender o valor económico da língua e o seu papel na construção de uma imagem externa de qualidade, de dinamismo e de respeitabilidade ou mesmo aferir da importância de ter vontade de não desistir e prosseguir com os desígnios definidos correndo o risco, tal como refere Aguiar e Silva (2004) que uma ambição em política, só pode ser sinónimo de visão, planeamento, estruturação e capacidade de prever e conceber estratégias de médio e longo prazo, o que é próprio de um desígnio político que o poder reclama de dimensão nacional. Se assim não for, confunde-se rapidamente com falta de empenhamento profissional e político.

Quando se fala em política de língua terá de se pensar esta como uma atividade de intervenção e regulação do uso das línguas em contextos diferenciados e parafraseando Emily Dickinson o questionamento será o *How does language grow? -- Let me count the ways*. A política de língua e o planeamento linguístico designam mecanismos políticos[27], cujos impactos estão vertidos em regulamentos oficiais, mecanismos implícitos e não

[25] Cf. A língua portuguesa no mundo de Jorge Morais Barbosa. - 2ª ed. - Lisboa: Sociedade de Geografia do Ultramar, 1968.

[26] Couto, Jorge (s.d.), "Língua Portuguesa – Perspectivas para o Século XXI". Consultado em www.instituto-camoes.pt/bases/língua/português.htm

[27] Melo-Pfeiffer, S. (2014). "Para uma política linguística do Português no estrangeiro: o que sabemos que não sabemos [e avançar]". Comunicação plenária do *Projeto "Práticas letivas e micropolíticas curriculares no Ensino Português na Alemanha"*. 26 a 28 de maio 2014, Landesschulamt und Lehrkräfteakademie - Tagungsstätte Weilburg (Alemanha).

oficiais e que se refletem no ensino da língua como veículo de escolarização de comunidades que a utilizam como língua segunda, e a língua como referência sociopolítica e cultural nos espaços em que é língua estrangeira ou então como um conjunto de ações definidas e levadas a efeito pelas autoridades governativas de uma comunidade, que tendem. Em última análise, ao benefício individual e coletivo dos cidadãos que utilizam a língua (Mateus, 2009). Kaplan and Baldauf (1997) vão ainda mais longe quando referem que o planeamento linguístico é um *body of ideas, laws and regulations (language policy), change rules, beliefs, and practices intended to achieve a planned change (or to stop change from happening) in the language use in one or more communities*.

A este propósito, o ex-presidente da República, doutor Jorge Sampaio, referia em 2004 que a causa da afirmação e projeção da língua portuguesa representa um daqueles desafios que, se o não soubermos agarrar, estamos verdadeiramente a falhar uma responsabilidade primordial do presente, a desperdiçar uma enorme riqueza que recebemos do passado e a descuidar o futuro.[28]

Mas as questões do planeamento linguístico e mais recentemente do conceito de política de língua são conceitos ainda muito recentes e que têm os seus primórdios na década de 60. Estão intrinsecamente ligados à questão e questionamento que recai sobre o porquê de as nações optarem por uma língua em detrimento de outra ou mesmo o uso uma língua com funções diferentes nacionais e também a influência pelos decisores políticos e de um plano local para nacional e supranacional (Ricento 2000) ou ainda da decisão de elevar as línguas maternas à oficialidade do discurso.

Cooper (1989), numa clara alusão ao conceito de formulação de políticas públicas e da qual reiteramos que na literatura há uma interseção teórica entre os conceitos de política linguística e política pública, entende que o entendimento clássico dos conceitos deve obedecer aos aspetos macro e micro e que estes envolvem questões linguísticas de natureza política no aspeto macro. Ao analisar doze conceitos de política linguística,

[28] Discurso da Sessão de abertura da Conferência «A Língua Portuguesa: Presente e Futuro» Proferido por Sua Ex.ª o Presidente da República Jorge Sampaio, a 6 de dezembro de 2004. Consultado em http://www.presidenciarepublica.pt/pt

identificou uma questão comum a todos eles: **Quem**[29] planeia **o quê**[30], **para quem**[31] e **como**[32]?

Dye (1984) entende que há pelo menos, quatro instâncias envolvidas em políticas e planeamento linguísticos: a instância legisladora/regulamentadora vinculada, tradicionalmente, embora não unicamente, aos órgãos governamentais; o campo de intervenção que vai da documentação e descrição do sistema linguístico (planeamento de corpus) à distribuição, designação e normatização das línguas e dos usos linguísticos (planeamento de status); o público-alvo e os efeitos da intervenção linguística. Ricento (2000) caracteriza o trabalho inicial do planeamento de língua/linguístico referindo que os objetivos do planeamento da língua estavam fortemente associados a um desejo de unificação (de uma região, nação, grupo religioso, grupo político ou outros tipos de grupos), desejo de modernização, desejo de eficiência ou desejo de democratização, mas os teóricos negligenciaram os contextos socioculturais e históricos e em suma, as línguas alvo de planeamento linguístico bem como as maternas foram abstraídas dos seus contextos sócio-históricos e históricos. Esta posição é corroborada por Pinto (2010) quando aborda a questão da política de língua e do planeamento linguístico e a associa ao conjunto de tentativas explícitas – planificação linguística – ou implícitas – política estrutural – de regular o estatuto, a forma, a aprendizagem e o prestígio das variedades linguísticas presentes no país.

Para um planeamento linguístico efetivo e, segundo as lentes das políticas linguísticas deve ter-se em conta, a caracterização do **ambiente linguístico**[33] onde é aplicada (ou para a qual é planificada), a **cultura linguística**[34] dominante da população (representações e atitudes face às línguas e às práticas linguísticas) e as suas **práticas efetivas**, dentro e fora das salas de aula, em ambientes formais e informais do uso da língua[35] (uso das línguas maternas em função do seu uso). (Pfeiffer, 2010). Estamos, portanto, perante aquilo que designamos por processo dinâmicos de regulação linguística divididos em *layers* de análise (Ricento, 1996; Hornberger, 1996) ou modulações: a *diastrática*, relativa à comunidade que a usa, a *diatópica*, relativa ao espaço onde ela é falada, e a *diacrónica*, relativa à sua evolução temporal. Contudo, em contextos bilingues e multilingues e com

[29] Quem são os atores no processo do planeamento linguístico.
[30] Quais os papéis que cada um desempenha nas diferentes fases de implementação.

[31] Destinatários do planeamento linguístico.
[32] As limitações do planeamento linguístico.
[33] Análise do perfil linguístico e da coabitação das línguas oficiais e as maternas.
[34] A predominância do uso da língua oficial e do uso em casa das línguas materna. Recorreremos ao barómetro que melhor exemplifica esta questão por via das constantes *surveys* que aplica em territórios africanos: Consultado em http://afrobarometer.org/
[35] Uso das línguas em contexto escolar.

heranças coloniais vincadas, as definições que conduzem a um planeamento linguístico nem sempre são claras. Por exemplo quando nos referimos à língua materna, referimo-nos à língua que um determinado grupo fala ou à língua com o qual um determinado grupo se identifica ou mesmo a língua com o qual o falante se sente mais à vontade?

Consideramos que a abordagem de investigação destes fenómenos deverá ter por base a abordagem de Toffelson (1980; 1991), designada por *historical-structural approach*. Uma abordagem centrada em perceber como é que o uso da língua num determinado grupo linguístico é condicionado por fatores baseados na história de um país e de que forma estas enformam o planeamento linguístico. Está aqui, claramente implícito a forma de como os processos de colonização condicionaram a escolha de uma determinada língua em detrimento das maternas por exemplo. Contudo, o que se verifica é que independentemente de uma língua ser oficial, nem sempre é a língua mais falada. As línguas coloniais adotadas são faladas como língua materna apenas por uma pequena percentagem da população. Por exemplo, no Gabão e no Quénia, menos de 5% da população fala a língua colonial como primeira língua, enquanto que no Botsuana, Malawi e República Centro-Africana, o número é inferior a 1% (Lewis, 2015). Mesmo em ex-colónias portuguesas como Moçambique, onde o português é amplamente falado pelos padrões das línguas coloniais, aqueles que a falam como primeira língua está concentrada nos centros urbanos, o que significa que há diferenças sociais significativas entre falantes e não falantes (Azevedo, 1980), o que torna a discussão sobre a importância do uso precoce das línguas maternas no processo de escolarização atual e pertinente a par da questão da eficácia dos sistemas educativos.

Esta abordagem toma igualmente como fatores essenciais, a análise das políticas desenvolvidas não só numa abordagem *top-down*, mas também as intervenções linguísticas levadas a cabo por outros intervenientes e nunca esquecendo de que estamos a falar de países que estão rodeados por outros que foram igualmente colónias sujeitas a uma hegemonia linguística diferentes (caso francês, inglês, português e o espanhol).

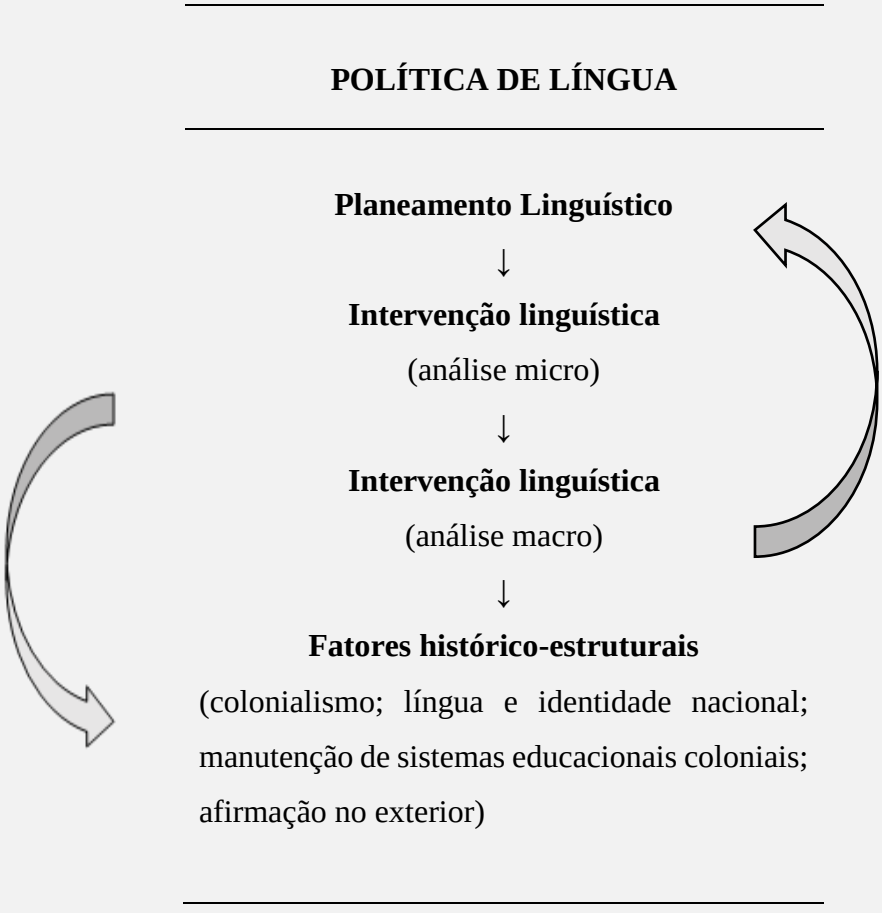


Figura 2 – modelo de análise. Adaptado de Toffelson

UM LONGO CAMINHO A PERCORRER. Existe ainda um longo percurso a percorrer para que a língua portuguesa seja efetivamente uma língua falada por todos quanto a desejam, seja por motivos profissionais, por relações afetivas ou mesmo porque esta ser importante em termos de turismo e das relações comerciais.

Especial atenção terá de ser dada à promoção da língua portuguesa nas ex-colónias a par de uma convivência natural com as línguas maternas. Achamos que a par da abertura de

escolas financiadas pelo estado português, com a colocação de professores portugueses nesses territórios (apesar de já existirem em alguns) irá fazer com que um maior número de pessoas a fale e a use como língua de comunicação e não somente como língua de instrução[36]. E não bastará somente abrir escolas nas capitais dos territórios, mas sim também planear a abertura de pólos de ensino nas localidades mais populosas para não se voltar a cair no erro de tentarmos somente instruir alguns em detrimento de outros, criando assim clivagens no acesso à língua, criando assim apenas condições para aquilo que apelidamos de pequenas elites. Outra ação importante será o encarar a língua portuguesa como um ativo global. A abertura de novas cátedras e o estabelecimento de protocolos com empresas e universidades estrangeiras poderá potenciar a afirmação da língua portuguesa. Só assim, a língua portuguesa poderá concorrer com todas as outras e por conseguinte afirmar-se no plano local e internacional porque (…) *Em termos geográficos, a influência global do Português só é comparável à da língua inglesa, pois, ao contrário do espanhol, estende a sua presença a todos os continentes.* Reto (2012, p. 25)

Referências bibliográficas

Afonso, A. (2009). Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. Revista Lusófona de Educação.

Ammon, Ulrich (1992) Editor's Preface. International Journal of the Sociology of Language, 95.

Ammon, Ulrich (1997) Language-Spread Policy. Language Problems and Language Planning, 21 (1), Spring.

Azevedo, M. (1980). A Century of Colonial Education in Mozambique. In Independence without Freedom: The Political Economy of Colonial Education in Southern Africa, ed. A. T. Mugomba and M. Nyaggah. Santa Barbara, CA: ABC-Clio.

Calvet, A. (2012). Baromètre Calvet des langues du monde. Disponível em http://wikilf.culture.fr/barometre2012/. Consultado em 03 de abril de 2020.

[36] Cf. Gráfico 1 – Projeção demográfica dos países da CPLP (2020-2050)

Castro, I. (2010). As Políticas Linguísticas do Português. Textos Selecionados. XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Porto: APL.

Célio, M. (2006). Português na casa do mundo: terminologias e políticas linguística. In Teixeira, José. 2016. O português como língua num mundo global – Problemas e potencialidades. Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho. Braga

Chabal, P., *et al*. (2002). A history of postcolonial Lusophone Africa. Londres & Indianapolis: Hurst & Indiana University Press. Chabal, P., et al. (2002). A history of postcolonial Lusophone Africa. Londres & Indianapolis: Hurst & Indiana University Press.

Cooper, R. (1989). Language Planning and Social Change. Cambridge, Cambridge University Press.

Couto, Jorge. (s.d.), "Língua Portuguesa – Perspectivas para o Século XXI". Instituto Camões.

Dye, T. (1984). Understanding Public Policy**.** Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.

Grayley, Mônica. (2014). A "internacionalização" do português e as novas relações de poder entre os países de língua portuguesa. Tese doutoramento não publicada. Universidade Aberta.

Johnson, D. (2013). Language policy. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan

Kaplan, R. B. e Bauldauf. Jr., R. B. (1997). Language Planning, from practice to theory. Clevedon, Multilingual Matters

Lewis, M. (2015). Ethnologue: Languages of the World. Dallas, Texas: SIL International. Versão online: http://www.ethnologue.com

Martins, M. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico: In Martins, M.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media (pp. 79-87), Porto: Campo das Letras

Mateus, M. (1998). Uma Política de Língua para o Português. A Política do Português em África e na Europa, Lisboa, Colibri.

Mateus, M. (2002). Objetivos e estratégias de uma política linguística. XVIII Encontro Nacional da APL, Universidade do Porto.

Mateus, M. (2002). Uma Política de Língua para o Português. A língua Portuguesa, Universidade de Santiago de Compostela.

Melo-Pfeiffer, S. (2014). Para uma política linguística do Português no estrangeiro: o que sabemos que não sabemos [e avançar]. Comunicação plenária do Projeto Práticas letivas e micropolíticas curriculares no Ensino Português na Alemanha.

Pinto, Paulo. (2008) - Política de língua na democracia portuguesa (1974-2004). Tese doutoramento não publicada. Universidade Aberta.

Phillipson, R. (1992 e 2003). Linguistic Imperialism. Oxford, Oxford University Press.

Reto, L. (2012). Potencial Económico da Língua Portuguesa. Lisboa: Texto Editores.

Reto, L. et al. (2016). Novo atlas da língua portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Redondo, J. (2008) A Importância das alianças assentes nas similitudes linguísticas: O caso da CPLP. Working Papers Europa, Segurança e Migrações. Porto.

Ricento, T. (2000). Historical and theoretical perspectives in language policy and planning. Journal of Sociolinguistics 4 (2).

Ricento, T. & Hornberger, N. (1996). Unpeeling the Onion: Language Planning and Policy and the ELT Professional. TESOL Quarterly, 30(3), 401.

Silva, M. (2005) Promoção da língua portuguesa no mundo: hipótese de modelo estratégico. Tese doutoramento não publicada. Universidade Aberta.

Spolsky, B. (2004). Language policy. Cambridge: Cambridge University Press

Teixeira, J. (2016). Português, língua de ciência? In Teixeira, José. 2016. O português como língua num mundo global – Problemas e potencialidades. Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho. Braga

Tollefson, J. (1980). The language planning process and language rights in Yugoslavia. Language problems and language planning, 4

Tollefson. J. (1991). Planning language, planning inequality: Language Policy in the community. London: Longman

Vilela, M. (2018). O Cabo-Verdiano visto por Cabo-verdianos ou Contributo para uma Leitura da Situação Linguística em Cabo Verde. Revista Internacional Em Língua Portuguesa.

Weber, G. (1999), The World's 10 most influential languages. AATF National Bulletin 24: 22–28